



Cabe nova indicação porque a candidata Lúcia Carolina também pode figurar (e ser promovida) em lista anterior: 9º Fabiano Schutz Ferraro, com 1,25 pontos. Indica-se outro porque este último pode em tese também ser promovido anteriormente: 10º Luciano Antônio Fiorot, com 1,25 pontos. Indica-se mais um porque o último candidato também figura em lista anterior: 11º Matheus Rodrigues Marques, com 1,0 ponto. Mais uma indicação porque este também pode figurar em lista anterior: 12º João Frederico Bertran Wirth Chaibub, com 1,0 ponto. Outra indicação desta feita de quem não figurou ainda em lista: 13º Pedro Alves Dimas Júnior, com 0,75 pontos. As substituições de candidatos para formação da lista do Rio Grande do Norte estão apontadas, cabendo ao Defensor Público-Geral, quando da efetivação das promoções, ir preenchendo as vagas em listas e aplicando as vinculações de promoções respectivas a partir das escolhas de promovidos que eleger até chegar ao estágio atual do concurso. A impugnação realizada pela Dra. Roberta Parreira Nóbrega e Mendonça, com o subsequente deferimento de mais 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto, implica em alteração na lista de promoção para merecimento no Distrito Federal. III) Lista do Distrito Federal (5 Vagas): 1º Carlos Eduardo Barbosa Paz, com 5,25 pontos; 2º Pablo Luiz Amaral, com 5,0 pontos; 3º Maria Cecília Lessa da Rocha, com 4,75 pontos; 4º Feliciano de Carvalho, com 4,75 pontos; 5º Ana Lúcia Marcondes Faria de Oliveira, com 4,75 pontos; 6º Ricardo Emílio Pereira Salviano, com 4,0 pontos; 7º Marcos José Brito Ribeiro, com 3,75 pontos. Já se indica mais um candidato para a hipótese de Carlos Paz ter sido promovido no Pará: 8º Roberta Parreira Nóbrega e Mendonça, com 3,50 pontos. Mais um candidato indicado pelo fato de que Marcos Brito, Maria Cecília ou Ana Lúcia Marcondes será promovido na Lista do Mato Grosso (vale acentuar também que se Marcos Brito for promovido no Pará é porque Carlos Paz não o foi na lista paraense): 9º Arcênio Brauner Júnior, com 3,25 pontos. Os cinco primeiros candidatos serão necessariamente promovidos até esta lista. As substituições de candidatos para formação das listas do Distrito Federal estão apontadas, cabendo ao Defensor Público-Geral, quando da efetivação das promoções, ir preenchendo as vagas em listas e aplicando as vinculações de promoções respectivas a partir das escolhas de promovidos que eleger. As demais impugnações, mesmo aquelas que culminaram em alterações de pontuação, não configuraram modificação na ordem de colocação de candidatos em listas de promoção por merecimento, razão pela qual, salvo nos casos específicos retro mencionados a elevação da pontuação de candidato impugnante, as respectivas listas de promoção mantiveram-se incólumes. Por não haver nada mais a ser discutido, pelo Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública da União, a reunião encerrou-se às 10h08min.

HAMAN TABOSA DE MORAES E CORDOVA
Presidente do Conselho

Ministério da Previdência Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 343, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre localização de Agências da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria MPS Nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS Nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, bem como a necessidade de sua adequação, resolve:

Art. 1º Ficam localizadas as seguintes Agências da Previdência Social - APS, do Projeto de Expansão da Rede:

I - Agência da Previdência Social Macaíba - APSMAB, tipo D, código 18.001.16.0, vinculada à Gerência-Executiva Natal, Estado do Rio Grande do Norte;

II - Agência da Previdência Social Extremoz - APSEXZ, tipo D, código 18.001.17.0, vinculada à Gerência-Executiva Natal, Estado do Rio Grande do Norte; e

III - Agência da Previdência Social Monte Alegre - APSM-TA, tipo D, código 18.001.18.0, vinculada à Gerência-Executiva Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOLFO NETO DE OLIVEIRA SALES

RESOLUÇÃO Nº 344, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre localização da Agência da Previdência Social Nova Cruz.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria MPS Nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS Nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, bem como a necessidade de sua adequação, resolve:

Art. 1º Fica localizada a Agência da Previdência Social Nova Cruz - APSNCZ, tipo D, código 18.001.15.0, vinculada à Gerência-Executiva Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOLFO NETO DE OLIVEIRA SALES

RESOLUÇÃO Nº 345, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre localização de Agência da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria MPS Nº 16, de 20 de janeiro de 2009;

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.081, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

Divulga a 2ª lista do processo de seleção de propostas apresentadas para o Componente Construção de Unidades Básicas de Saúde da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) 2º Ciclo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2);

Considerando a Portaria nº 340/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS); e

Considerando a Portaria nº 1.345/GM/MS, de 5 de julho de 2013, que altera as Portarias nº 339/GM/MS, 340/GM/MS e 341/GM/MS, de 4 de março de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam divulgadas, na forma do Anexo a esta Portaria, as propostas selecionadas com os respectivos Municípios habilitados e aptos, conforme Portaria nº 1.345/GM/MS, de 5 de julho de 2013, a receberem os incentivos financeiros para investimento referentes ao Componente Construção do Programa de Requalificação de UBS referentes a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), no exercício de 2013.

Parágrafo único. Considerem-se aptos os Municípios que estão com todas as obras contempladas até o ano de 2012 monitoradas, e que inseriram a Ordem de Início de Serviço em propostas já contempladas para o Componente Construção.

Art. 2º Fica determinado que o Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 9º da Portaria nº 340/GM/MS, de 4 de março de 2013, na forma definida nos incisos I, II e III do artigo supracitado dessa mesma Portaria, para os Fundos Municipais de Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.301.2015.12L5.0001 - Ação: Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	Nº DA PROPOSTA	PORTE DA UBS	VALOR (R\$)
AL	270010	ÁGUA BRANCA	11502413000113002	1	R\$ 408.000,00
AL	270010	ÁGUA BRANCA	11502413000113003	1	R\$ 408.000,00
AL	270050	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	11347540000113001	1	R\$ 408.000,00